

CIDADE EM EXTENSÃO:

ARQUITETURA, CIDADE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
EM SÃO PAULO

JOANA MELLO DE CARVALHO E SILVA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL

Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela mesma instituição e pós-doutorado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. É professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP.

E-mail: joana-mello@usp.br

ANA CLAUDIA VEIGA DE CASTRO UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL

Arquiteta e urbanista pela Universidade de São Paulo (FAU-USP), com mestrado e doutorado pela mesma instituição. É professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP.

E-mail: anacvcastro@usp.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p163-177>

CIDADE EM EXTENSÃO: ARQUITETURA, CIDADE E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO PAULO¹

JOANA MELLO DE CARVALHO E SILVA, ANA CLAUDIA VEIGA DE CASTRO

RESUMO

O curso de extensão universitária *Caminhos urbanos: arquitetura, cidade e educação patrimonial em São Paulo* reconstrói a história da capital paulista a partir da articulação de três dimensões intrínsecas ao espaço urbano: a de artefato, a de campo de forças e a de representação. Sua proposta é a de refletir sobre como lógicas distintas vêm atuando em São Paulo por meio de diversos agentes, procurando-se identificar os estratos de tempo e as escalas espaciais que a têm constituído. Dessa forma, parte-se do campo da arquitetura e do urbanismo, mas se recorre ao aporte de outras disciplinas, como as ciências sociais, a literatura, a fotografia, o cinema, as artes visuais, e a escuta das falas de seus habitantes em geral. Sua intenção é a de desnaturalizar representações recorrentes desta metrópole moderna, contribuindo, assim, para a formação de cidadãos mais ativos nas disputas políticas e simbólicas que perpassam a construção da cidade e sua história e, portanto, mais capazes de agir no seu desenvolvimento e na sua preservação. Por isso, seu público-alvo são professores da rede pública de ensino e técnicos de serviços públicos vinculados à cultura e à educação.

PALAVRAS-CHAVE

Cidades. Arquitetura. Patrimônio cultural.

1. Nota do Editor: o curso de difusão *Caminhos urbanos: arquitetura, cidade e educação patrimonial em São Paulo* foi realizado pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo no âmbito da extensão universitária, em abril/maio de 2017 (Módulo 1) e agosto/setembro de 2018 (Módulo 2).

CITY UNDER EXTENSION: ARCHITECTURE, CITY AND HERITAGE EDUCATION IN SÃO PAULO

JOANA MELLO DE CARVALHO E SILVA, ANA CLAUDIA VEIGA DE CASTRO

ABSTRACT

The university extension course *Urban paths: architecture, city and heritage education in São Paulo* reconstructs the history of the city of São Paulo by articulating three intrinsic dimensions to the urban space: as artifact, as force field, and as representation. The proposal is to reflect on how distinct logics have been acting in São Paulo through different agents, seeking to identify the stratum of time and the spatial scales that have constituted it. In this way, the course focuses on the fields of architecture and urbanism, but resorts to other disciplines such as social science, literature, photography, cinema, visual arts, as well as listening to the speeches of its inhabitants in general. Its intention is to denaturalize recurring representations of this modern metropolis to contribute to the training of more active citizens in the political and symbolic disputes that permeate the construction of the city and its history, therefore, more capable of enacting in favor of its development and preservation. For this reason, its target audience is teachers of the public education network and technicians of public services related to culture and education.

KEYWORDS

Cities. Architecture. Cultural heritage.

1 INTRODUÇÃO

É comum descrever a cidade de São Paulo como um caos, fruto da ausência de pensamento e de ação política coordenada sobre o espaço urbano. Tomado como um destino inexorável, esse caos expressa uma das representações mais potentes da capital paulista. Uma representação que define a cidade como um organismo vivo, mas doente, cujos efeitos deletérios seriam incontroláveis. A força dessa imagem impulsiona uma atitude passiva e conformada que não deixa ver que a cidade, ao contrário da natureza, é feita de um conjunto de disputas sociais que incidem e ordenam a forma urbana.

Outra representação igualmente recorrente é a de São Paulo como uma cidade sem passado. Tal imagem é retomada sob *slogans* diversos que, dos anos 1920 até mais recentemente, a definem como a cidade “construída por ciclopes”; que “cresce feito cogumelo após a chuva”; “que mais cresce no mundo”; “que não pode parar” ou “que acelera”², reatualizando seu sentido último: a imagem de uma cidade voltada para o futuro, cujos vestígios de outras épocas seriam apagados.

2. Expressões que aparecem em textos de época, em artigos de jornais ou em obras de analistas, como, por exemplo, nas crônicas de Menotti del Picchia no jornal *Correio Paulistano* na década de 1920, nos livros lançados nas comemorações do IV Centenário, em 1954, nas reportagens de inauguração da ligação Leste-Oeste (o famoso Minhocão) ou na campanha para a Prefeitura em 2016.

De fato, por meio de um conjunto de reformas urbanas, a face da cidade se transforma radicalmente a partir dos últimos decênios dos oitocentos, buscando, em contraponto ao passado colonial (SCHWARCZ; COSTA, 2007), equiparar-se às capitais europeias, em especial à Paris do Segundo Império, num movimento similar ao vivido por outras cidades latino-americanas que passam contemporaneamente por processos de modernização análogos (ROMERO, 2004). Contudo, se essa mudança é sensível e sua representação, persistente, nota-se que nem sempre ela foi apenas acompanhada do elogio ao progresso, ouvindo-se ecos de uma nostalgia por um passado perdido que motivou a defesa das tradições nacionais (SILVA; CASTRO, 2015). Desde a segunda metade do século XIX, fotógrafos como Militão Augusto de Azevedo mostram-se preocupados com as mudanças em curso na cidade que atingem inclusive seu marco fundador, o Pátio do Colégio (AZEVEDO, 1887). Algumas décadas mais tarde, um conjunto de profissionais e intelectuais se engaja na chamada Campanha de Arte Tradicional no Brasil, apontando que essas mudanças não continham apenas aspectos positivos, mas também negativos. Formulada pelo engenheiro Ricardo Severo em 1914, essa campanha encontra respaldo entre membros das elites econômicas e culturais que gravitam ao redor de instituições e veículos de comunicação de renome, como a Sociedade de Cultura Artística, a Escola Politécnica, *O Estado de S. Paulo* e a *Revista do Brasil* (SCHWARCZ, 1993; LUCA, 1999; CHIARELLI, 1995; MELLO, 2007; CASTRO, 2008). Nesse processo, o passado colonial, corporificado em edifícios que remontam à ação dos jesuítas e dos portugueses colonizadores, é reabilitado. Paradoxalmente, é esse mesmo grupo que valoriza marcos do progresso da cidade, sobretudo a partir da sua aliança com as novas elites não só por brasileiros, mas também por estrangeiros que aqui alcançam fortuna na passagem do século XX, inventando-se laços entre esse e outros períodos da história.

Laços que consagram certos episódios do passado, mas deixam de fora outros agentes e períodos constitutivos da cidade, que passam a ser reconhecíveis na sua ação e importância a partir de revisões historiográficas atentas às representações (CHARTIER, 1990); à produção, circulação e consumo dos discursos sobre a cidade (CASTRO; SILVA, 2016) e ainda à cultura material (MENESES, 1996). A partir delas, identificam-se no tecido da cidade várias camadas de tempo, materializadas em intervenções

reais, que foram modificando o espaço, transfigurando, desfigurando, redesenhando-o, sempre por meio de embates sociais intensos, muitas vezes violentos, embora nem sempre explícitos. Camadas que deixam vestígios na materialidade da cidade, que deve, por isso, ser pensada como um documento, testemunho de diversos momentos da vida humana no espaço urbano (MUMFORD, 1961), passível de leituras e interpretações históricas diversas (SCIFONI, 2012).

O curso de extensão universitária *Caminhos urbanos: arquitetura, cidade e educação patrimonial em São Paulo* foi formulado a partir dessas considerações com a intenção de desvelar essas camadas e desnaturalizar as representações recorrentes da metrópole e, assim, contribuir para a construção da consciência dos homens sobre o seu papel de sujeito na e da cidade (SCIFONI, 2012, p. 33). Afinal, a cidade

é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A Cidade somos nós e nós somos a Cidade. Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos (FREIRE, 2001, p. 13).

Um trabalho que envolve a reflexão crítica acerca da memória e de sua construção, também ela histórica e social. Somente a partir dessa reflexão é possível a formação de cidadãos mais ativos nas disputas políticas e simbólicas que perpassam a construção da cidade e, por isso, mais capazes de agir na sua preservação e desenvolvimento. Para tanto, o público-alvo do curso são os professores da rede pública de ensino dos ciclos fundamentais e médios e os técnicos de serviços públicos vinculados à cultura e à educação, entendidos como agentes multiplicadores, cujas vivências cotidianas podem contribuir na construção e difusão da história da cidade e de sua arquitetura.

2 CAMINHOS URBANOS EM EXTENSÃO

O curso articula as três dimensões da cidade – a de artefato, a de campo de forças e a de representação –, trabalhando com o aporte de outras disciplinas

das ciências sociais, mas também da literatura, da fotografia, do cinema, das artes visuais, extrapolando o campo da arquitetura e do urbanismo *stricto sensu* e atentando às falas de seus habitantes (MUMFORD, 1961; CASTRO; SILVA, 2016). Trata-se de refletir sobre como lógicas distintas atuam em São Paulo por meio de diversos agentes ao longo do tempo (CASTRO; MELLO, 2009), reconhecendo que a cidade é constituída por vários estratos de tempo (KOSELLECK, 2014) e escalas espaciais (LEPETIT, 2001).

O curso se estrutura em dois módulos, nos quais são apresentados os saberes técnicos e estéticos sobre a cidade, mas também os valores afetivos e simbólicos que a constituem. Cada módulo conta com oito aulas, sendo duas delas visitas de campo com percursos na cidade.

O primeiro módulo, intitulado *A construção do centro de São Paulo (1877-1954)*, tem como escopo apresentar o processo de formação e desenvolvimento de São Paulo desde 1877, quando se idealiza o Viaduto do Chá e a colina histórica se torna o núcleo de uma cidade que começa a se expandir, até 1954, quando, nas comemorações do seu IV Centenário de Fundação, nota-se um momento-chave da modernização. Tomando esses dois marcos temporais como baliza, pode-se notar como várias imagens da cidade vão surgindo, por vezes obliterando as anteriores, por outras convivendo, dando conta das ambiguidades que o próprio discurso da modernidade compreende.

A primeira aula desse módulo – *Compreender a arquitetura, pensar a cidade, reconhecer seu patrimônio I* – apresenta parâmetros de compreensão da arquitetura, do urbanismo e do patrimônio.

A segunda aula – *A cidade de taipa e sua expansão (meados do século XIX)* – investiga os primeiros impulsos transformadores da cidade, a partir de meados do século XIX: a fundação da Academia de Direito (1847), o surgimento da imprensa, a implantação das linhas férreas, a presença de estrangeiros e ex-escravos em busca de seu lugar na cidade. É nesse momento que ocorrem as primeiras reformas classicizantes nas antigas construções de taipa, e que se impõe a necessidade de cruzar o vale do Anhangabaú. Nesse processo, o Viaduto do Chá é idealizado e posteriormente construído, dando início à expansão da cidade no setor sudoeste, logo ocupado pelos setores de elite e médios.

A terceira aula – *Ecletismo como índice da modernidade [fim do século XIX, início do XX]* – aponta como a vontade modernizadora posterior à Independência, à abolição e à proclamação da República se materializa

numa arquitetura eclética de inspiração europeia que remodela o centro e inaugura as novas áreas de expansão da capital. O vale do Anhangabaú deixa de ser os fundos da cidade para se tornar o seu cartão-postal – seu novo centro geográfico –, envolvendo um conjunto de disputas em torno do que era considerado moderno e civilizado.

A quarta aula – *Primeira verticalização [décadas de 1920 e 1930]* – reflete sobre como a necessidade de intervir num centro já congestionado gera planos e intervenções, como o Perímetro de Irradiação (1924) e a Praça do Patriarca (1926), que culminam no Plano de Avenidas (1930), o primeiro a regulamentar o conjunto da cidade, prevendo sua forma de expansão (não sem críticas). Aponta-se também o desenvolvimento de uma primeira verticalização, que se sobrepõe à cidade eclética recém-construída, criando novas imagens urbanas, dessa vez mais próximas das metrópoles Nova York e Chicago do que apenas da Paris de Haussmann.

A quinta aula – *Segunda verticalização [décadas de 1940 e 1950]* – enfoca o processo de metropolização da cidade, com a expansão e consolidação da mancha urbana e o aumento significativo da população com a vinda de novos fluxos migratórios. Edifícios modernistas povoam a paisagem do centro velho e do centro novo, conformando uma nova área de investimentos, o mercado imobiliário, uma das frentes econômicas mais importantes do período. O IV Centenário simboliza o momento, por inaugurar no novo bairro do Ibirapuera um conjunto cultural, que irradiará transformações urbanas em toda a região.

A sexta e sétima aulas do primeiro módulo são dedicadas às visitas de campo. A primeira, um circuito pelo centro velho da cidade, tem como objetivo percorrer as bordas da colina histórica, percebendo as suas dimensões e apontando como os processos históricos e os diversos projetos de modernidade abordados durante as aulas expositivas estão ainda presentes na materialidade da cidade. A segunda visita, que ocorre no centro novo, também procura reconhecer os processos históricos e os diversos projetos de modernidade da cidade, ao mesmo tempo que pontua as diferenças entre esse espaço e o centro velho, permitindo aos alunos a compreensão das distintas lógicas de produção e escalas da cidade.

O primeiro módulo se encerra com uma aula dedicada a pensar os desafios do patrimônio no centro de uma cidade que congrega diversas

camadas e inúmeras imagens, e que formulou sua identidade na destruição do passado e no elogio do novo. Esse desafio foi enfrentado a partir da apresentação da ação de um coletivo – SP Safari – que, vinculado ao Laboratório para Outros Urbanismos, vem desenvolvendo um conjunto de percursos na região a partir da memória de diversos grupos sociais.

O segundo módulo, intitulado *A expansão da cidade de São Paulo (1954-2015)*, apresenta o processo de expansão de São Paulo, novamente considerando não apenas a sua materialidade, através dos edifícios e planos urbanos, mas os diversos significados simbólicos que o seu patrimônio construído assume ao longo da história. O período abordado neste módulo vai de 1954 até a contemporaneidade. A baliza inicial marca a consolidação de um processo de crescimento apoiado na verticalização do centro e no espraiamento da mancha urbana, que vai adquirindo novas conformações ao longo do tempo, ora reforçando esse padrão de crescimento, ora apresentando novas dinâmicas que materializam os sentidos de memória e pertencimento.

A primeira aula do segundo módulo – *A metropolização da cidade (1950-1960)* – apresenta como a disposição urbana a partir dos anos 1950 é em grande medida orientada pelo Plano de Avenidas, cujas vias cruzam a cidade e induzem o espraiamento do território em todas as direções. Nesse período, o centro se consolida como uma área verticalizada, majoritariamente comercial, e a função residencial paulatinamente se desloca para outros bairros, em especial por meio de residências unifamiliares. Ao mesmo tempo, novas áreas industriais se estabelecem nas áreas de expansão que, a partir da abertura das rodovias, dão início à conurbação de São Paulo, com seus antigos e novos subúrbios, cidades-satélites que vão conformar o ABC paulista – sua principal área industrial.

A segunda aula – *Verticalização dispersa (1960-2015)* – aponta como a verticalização se espraia do centro para os bairros contíguos (chamados agora de bairros centrais), abrigando uma população de classe média em busca dos atributos metropolitanos. A Avenida Paulista vê seus antigos palacetes ecléticos cederem espaço aos novos edifícios em altura que passam a abrigar predominantemente sedes de empresas e do sistema financeiro, antes no centro da cidade. O deslocamento dessas atividades econômicas, também definido como um deslocamento da centralidade, segue pelo vetor sudoeste, com a verticalização de áreas próximas à Marginal Pinheiros, que

passa a conformar uma área de expansão corporativa e assume uma das faces mais conhecidas da cidade a partir dos anos 1990.

A terceira aula – *Da consolidação dos bairros-jardins ao padrão condomínio fechado (1950-2015)* – apresenta e discute o surgimento de bairros estritamente residenciais que se consolidam como uma área voltada para as classes mais altas. A tendência à exclusividade lançada por esses bairros concebidos pela Companhia City encontra espaço e se amplia com os condomínios fechados, que confirmam a tendência de fuga da cidade expressa de maneira sutil no ideário cidade-jardim. O “fantasma da violência”, que contribui para tal tendência, afeta a convivência urbana, produzindo o enclausuramento das elites em condomínios fechados e em *shoppings centers*, levando ao progressivo abandono do espaço das ruas ou a sua privatização por meio de muros, grades, cercamentos e vigilância ostensiva.

Após essa primeira sequência de aulas, fazemos a primeira visita de campo, que percorre o eixo de expansão sudoeste, partindo da Avenida Paulista até a Marginal Pinheiros, com o objetivo de reconhecer as especificidades dos espaços de elite e dos diversos centros financeiros da cidade.

A quinta aula – *Habitação social e consolidação dos bairros periféricos (1950 a 2015)* – aponta como a habitação se tornou um problema de Estado, o que leva à consolidação de inúmeros conjuntos habitacionais, inicialmente ligados aos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), em bairros operários do centro expandido; e, depois do golpe civil-militar de 1964, vinculados ao Banco Nacional de Habitação (BNH), implantados em áreas cada vez mais periféricas com pouca infraestrutura, produzindo e aprofundando situações de vulnerabilidade das condições de vida e do território.

A sexta aula – *Padrão periférico de crescimento e o conceito da urbanização dispersa (1970 a 2015)* – é dedicada a pensar por que bairros populares tendem a se espalhar por áreas cada vez mais distantes do centro, como resultado de um crescimento metropolitano planejado de modo inconsequente, onde a valorização da terra tende a expulsar as populações que não podem pagar o “preço do progresso”. Na sequência, fazemos a segunda visita à zona leste, área que tradicionalmente abrigou as atividades industriais e as moradias operárias. A visita é acompanhada pelo Grupo Ururay, um coletivo engajado na discussão e preservação do patrimônio dessa área (ALMEIDA, 2016).

A última aula desse segundo módulo – *Novos urbanismos* – propõe uma reflexão sobre os novos desafios que os arquitetos e urbanistas têm se colocado diante do fato de que o processo de modernização e as ações disciplinares do campo não permitiram reverter as tendências de exclusão social. A ideia é apresentar como os conceitos de ativismo, ocupação, gestão participativa etc. têm procurado debater e incidir sobre diversos problemas urbanos, ligados à violência e à segregação social, entre outros, em nome de formas coletivas e públicas de lidar com eles. Essas ações voltam-se para diversos espaços da cidade, incluindo o centro, valorizando e ocupando o espaço urbano de múltiplas formas.

Todas as aulas e visitas de campo são acompanhadas de uma bibliografia de apoio, composta por textos críticos e de época, especializados e ficcionais, e de indicações de filmes, fotografias, música, esculturas e obras visuais. Dessa forma, o discurso dos arquitetos e urbanistas, assim como o dos gestores e políticos, é cruzado com o de outros agentes que participam da construção da cidade, suas imagens e seu patrimônio.

Durante as aulas e visitas de campo, busca-se construir um diálogo com os estudantes, incentivando-os na produção de interpretações próprias por meio de textos e imagens que poderiam ser assimiladas nas atividades por eles desenvolvidas em suas instituições de ensino e cultura.

3 CAMINHOS URBANOS E SUAS RAMIFICAÇÕES

Dois exemplos parecem significativos para mostrar os rendimentos desses diálogos e a potência da análise histórica para a reflexão sobre cidade e cidadania. Um primeiro exemplo trata da construção de uma postura mais crítica sobre a memória da cidade e do que é ou não considerado patrimônio histórico. Ao final do primeiro módulo, a aluna Hilda Pereselevicius Antonietto, moradora da Vila Pauliceia, na Zona Norte, e professora de Artes na EMEF Professor Adolpho Otto de Laet, situada na mesma região, afirmou que sua relação com a Avenida Paulista mudara por completo. De uma postura idealizada, que tomava a avenida e as construções ali realizadas como os símbolos da cidade, ela passou a considerá-la como um dos espaços da cidade e sua história: um espaço vinculado às elites, mas não mais importante do que o bairro onde morava e trabalhava. O comentário revela a percepção, trabalhada durante as aulas, da desigualdade e da sacralização

do patrimônio cultural de São Paulo e da exclusão de diversos grupos sociais da memória da cidade. Ao mesmo tempo, além da tomada de consciência de que a definição do que seja patrimônio não é neutra, mas fruto de processos sociais mais complexos, o comentário aponta também para o reconhecimento por parte da aluna de que podem ser considerados patrimônio não apenas edifícios monumentais, excepcionais por seus aspectos estéticos e técnicos, mas edifícios do cotidiano, construídos inclusive por não arquitetos, representativos de outros processos sociais pelos quais se desenvolvem relações de afeto, pertencimento e representação – e que passam a ser valorizados por aqueles que os vivenciam cotidianamente (SCIFONI, 2012).

O segundo exemplo trata da sensibilidade dos estudantes para reconhecer as várias camadas de tempo que constituem a cidade. O aluno Guilherme Gadelha de Souza, morador da Vila Mariana, na Zona Sul, e professor de Artes na EMEF Duque de Caxias, no Glicério, foi especialmente sintético e potente em suas análises, construindo fotos que comentam ideias trabalhadas no curso.

A figura 1 mostra fotografia tirada com o auxílio de um espelho, unindo com clara intenção retórica imagens a princípio distantes. Nela se vê à direita o Pátio do Colégio, marco fundacional da cidade; à esquerda, edifícios ecléticos construídos no primeiro momento da modernização paulistana, na passagem do século XIX para o XX; ao fundo, um arranha-céu

FIGURA 1

Pátio do Colégio,
escultura do cacique
Tibiriçá. Foto:
Guilherme Gadelha
de Souza_Módulo 1.



eclético do segundo período de modernização, já em meados do século XX, e, em primeiro plano, a escultura do cacique Tibiriçá, hoje situada em um lugar totalmente lateral, em meio ao estacionamento aberto nos fundos da antiga igreja jesuítica. Ao centralizar a figura indígena, o autor produz uma tensão que faz pensar sobre aqueles que ocupavam originalmente este território e que foram apagados pelo processo de modernização, retratado de modo sintético e em várias camadas de tempo e escalas espaciais pelas edificações que compõem a imagem. Uma violência fruto da exclusão intrínseca desse processo de modernização, que segue produzindo outras vítimas, também focalizadas em outra foto produzida durante o curso.

Nesta outra imagem (Figura 2), captada em frente à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o autor aproxima, com a utilização de um espelho, o busto de Álvares de Azevedo (Amadeo Zani), escritor romântico e indianista, um dos mais ilustres do Largo São Francisco; a escultura *Beijo eterno* (William Zadig), que representa o amor entre uma indígena e um europeu; o símbolo da justiça, que marca a Tribuna Livre (autor desconhecido), e um mendigo que se abriga embaixo do monumento – para produzir um conjunto de associações contundentes e irônicas, de forte teor crítico, sobre a precariedade de nossa modernização. Esse mesmo olhar aparece ainda em outra imagem, captada durante a visita ao novo centro financeiro da cidade, junto à Marginal Pinheiros (Figura 3).

FIGURA 2

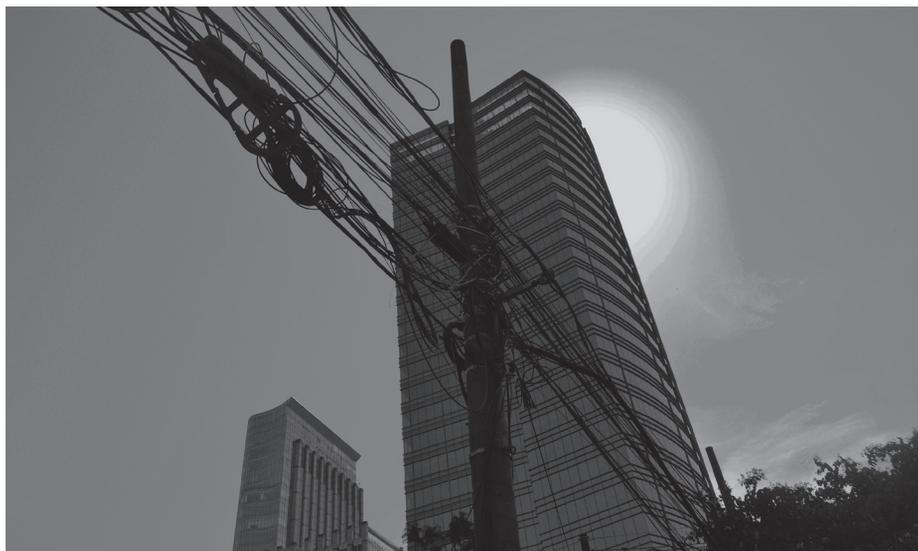
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, busto de Álvares de Azevedo.

Foto: Guilherme Gadelha de Souza_ Módulo 1.



FIGURA 3

Marginal Pinheiros,
detalhe da paisagem.
Foto: Guilherme
Gadelha de Souza_
Módulo 2.



Nesse caso, o aspecto lunático da paisagem, a moderna torre de vidro atrás do emaranhado de fios elétricos, parece igualmente revelador em seu comentário crítico acerca das ambiguidades da história da cidade e de seu presente.

Os exemplos aqui recuperados, longe de esgotarem as questões que se buscou trabalhar nas aulas e nos exercícios propostos, revelam entretanto como o olhar dos estudantes sobre a cidade foi se transformando, fomentando reflexões sobre seu passado e seu presente na e da cidade. Nesse sentido, o compromisso político de transformação social que anima o curso parece se confirmar ao contribuir para a constituição de uma “atitude crítica diante do mundo, na qual o homem escolhe e decide, constrói a si mesmo como pessoa, transforma a realidade na medida em que se produz como sujeito da história” (SCIFONI, 2012, p. 33).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Patrícia Freire (Org.). *Territórios de Ururay*. São Paulo: Movimento Cultural da Penha, 2016.

AZEVEDO, Militão Augusto de. *Álbum comparativo da Cidade de São Paulo 1862-1887*. São Paulo: Photographia Americana, 1887.

CASTRO, Ana; MELLO, Joana. Cultura urbana sob novas perspectivas: entrevista com Adrián GORELIK. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 84, p. 235-249, 2009. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000200013>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de; SILVA, Joana Mello de Carvalho e. Dossiê – Fazer história: o estatuto das fontes e o lugar dos acervos nas pesquisas de história de arquitetura e da cidade no Brasil. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*, v. 24, n. 3, p. 11-18, 2016. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n03do>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *A São Paulo de Menotti del Picchia: arquitetura, arte e cidade nas crônicas de um modernista*. São Paulo: Alameda, 2008.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1990.

CHIARELLI, Tadeu. *Um jeca nos vernissages: Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

DEPARTAMENTO do Patrimônio Histórico. *Inventário de obras de arte em logradouros públicos da cidade de São Paulo*. São Paulo: DPH, 2008. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Inventario_de_Esculturas_1261586685.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FREIRE, Paulo. Educação permanente e as cidades educativas. In: *Política e educação: ensaios*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 11-15.

KOSSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2014.

LEPETIT, Bernard. Arquitetura, geografia, história; usos da escala. In: SALGUEIRO, H. (Org.). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 191-226.

LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP: Dossiê Brasil dos viajantes*, n. 30, p. 145-155, jun.-ago. 1996.

MUMFORD, Lewis. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

ROMERO, José Luis. *América Latina: as cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____; Moritz; COSTA, Angela M. *1890-1914: no tempo das certezas*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCIFONI, S. Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, A. B. (Org.). *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan-PB, 2012. p. 30-37.

SILVA, Joana Mello de Carvalho; CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Inventar o passado, construir o futuro: São Paulo entre nacionalismos e cosmopolitismos nas primeiras décadas do século 20. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, v. 21, n. 36, p. 24-53, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v21i36p24-53>>. Acesso em: 23 jul. 2018.